



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2019

ÍNDICE

- 1- PREÂMBULO
- 2- DO OBJETO
- 3- DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 4- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 5- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 6- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7- DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E
- 8- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 9- DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA
- 10- DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 11- DA FORMAÇÃO DE LANCES
- 12- DA NEGOCIAÇÃO
- 13- DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL
- 14- DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 15- DA HABILITAÇÃO
- 16- DOS RECURSOS
- 17- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 18- DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
- 19- DA GARANTIA CONTRATUAL
- 20- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 21- DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 22- DAS SANÇÕES
- 23- DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
- 24- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 25- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 26- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 27- DAS MEDIDAS ACAUTELARES
- 28- DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
- 29- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 30- DOS ANEXOS DO EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXOS DO EDITAL

- ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA
- ANEXO II – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º INCISO XXXIII
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO VIII – SECRETARIAS PARTICIPANTES
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2019

PROCESSO Nº 12.783/2019

01. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento, por intermédio do Pregoeiro nomeada através do Decreto nº 202/2017 e 607/2018, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço do lote, visando à contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 65 (Sessenta e cinco) veículos pertencentes ao Município de Paranaguá, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 12.783/2019 e anexos, cujo procedimento está descrito as seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 445/2017, 683/2018 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.licitacoes-e.com.br, conforme datas e horários definidos adiante.

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 17h30m do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 5 do presente Edital.

1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail's: cpl@paranagua.pr.gov.br e ronald.semlic@paranagua.pr.gov.br. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no **link Licitações Municipais**, para ciência de todos os interessados.

1.6.1. O pregoeiro deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

1.7. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no **link Licitações Municipais**, para ciência de todos os interessados.

1.8. O Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 11h30m às 17h30m, nos dias úteis, e disponível para download no site www.paranagua.pr.gov.br, no link Transparência – Licitações Municipais.

02. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 65 (Sessenta e cinco) veículos pertencentes ao Município de Paranaguá, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

2.2. A licitação **será dividida em 01 (um) lote**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

03. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em R\$ 292.240,12 (Duzentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta reais e doze centavos), obedecendo os valores com franquia reduzida, planilha VALOR MÉDIO DE FRANQUIA POR VEÍCULO, anexo I (item 9) para quantitativos constantes na tabela a seguir.

3.2. São fixados os seguintes **preços máximos para o lote**, conforme descrito na tabela abaixo constante:

Tabela por lote

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR TOTAL (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL VEICULAR, EM ATENDIMENTO AOS VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE PARANAGUÁ	Serviço	01	R\$ 292.240,12

3.3. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2019/2020, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente:

SECRETARIAS	REQUISIÇÃO AO COMPRAS / DOTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	Requisição Nº 511/2019 – 12.03.2102.1510.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	Requisição Nº 499/2019 – 16.01.2145.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Requisição Nº 521/2019 – 18.03.2184.1940.3339039, 18.01.2170.1000.3339039



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL	Requisição Nº 484/2019 – 11.01.2080.1103.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	Requisição Nº 505/2019 – 02.01.2002.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA	Requisição Nº 503/2019 – 20.02.2201.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Requisição Nº 493/2019 – 10.01.2060.1303.3339039, 10.01.2063.1493.3339039, 10.01.2064.1510.3336039, 10.01.2062.1494.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA	Requisição Nº 502/2019 – 13.01.2931.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Requisição Nº 524/2019 – 15.01.2135.1510.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	Requisição Nº 507/2019 – 19.01.2190.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Requisição Nº 500/2019 – 06.01.2021.1000.3339039
SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO	Requisição Nº 497/2019 – 02.01.2216.1000.3339039

04. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

05. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas das 08h:00 as 11h:00 e das 13h:00 as 18h:00 do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

5.2. A **impugnação** deverá ser apresentada por escrito, **dirigida ao Pregoeiro**, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada no **Protocolo Geral** no endereço sito a Rua Júlia da Costa 322 – Centro, no horário das 08h:00 as 11h:00 e das 13h:00 as 18h:00, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: cpl@paranagua.pr.gov.br, ou ronald.semlic@paranagua.pr.gov.br.

5.3. A impugnação será julgada em até **01 (um) dia útil**, a contar da data do seu recebimento, sendo a resposta publicada no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR, disponibilizada no site www.paranagua.pr.gov.br, no **link Licitações Municipais**.

5.3.1. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

5.3.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

06. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao **Banco do Brasil S/A**, no prazo mínimo de **03 (três) dias úteis** antes da data de realização do Pregão Eletrônico, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;
- d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993;
- e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.4. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

07. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.9.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

7.10. A comprovação de que trata o subitem 7.9, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

08. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

estabelecido. OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "**Acesso Identificado**".

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

09. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site www.licitacoes-e.com.br, **a partir da liberação do Edital, até as 09h00 do dia 22 de julho de 2019, horário de Brasília-DF.**

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.6. As propostas **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE** (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. **A partir das 10h00 horas do dia 22 de julho de 2019, horário de Brasília-DF**, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

11.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

11.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

11.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.6. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.7. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

11.8. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

11.9. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

11.10. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.11. Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br/>.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro **poderá** encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1. A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060, REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2019 - (A/C: *Ronald Silva Gonçalves*).

13.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais, por lote, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.

13.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

13.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo III deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e o global, por lote, na forma do subitem 13.2 deste instrumento;
- c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) **Marca e referência, se houver. Essas informações deverão constar, obrigatoriamente, no campo "Informações Adicionais" do formulário proposta do sistema eletrônico e na proposta escrita.**

13.3. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:

- a) Declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, contendo o número da conta-corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;
- b) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

13.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

13.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará as **propostas classificadas** quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. o Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

14.5. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

14.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná e nos termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07 e art. 48, da Lei nº 8.666/93.

14.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.8. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.8.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.8.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.8.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.8.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.8.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.8.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

14.8.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

14.8.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

14.8.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.8.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

14.8.11. Estudos setoriais;

14.8.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

14.8.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.9. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 14.12.d.

14.10. Se a proposta **do licitante melhor classificado** não for aceitável ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.11. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

14.12. Serão desclassificadas as propostas:

a) que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

b) que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais proponentes;

c) que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

d) com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;

e) que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

repassa de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
f) que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

14.13. No atinente ao lote 01, após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema.

14.14. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

14.15. Para efeito do disposto no subitem 14.14 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea "a" deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 15.15 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

14.16. Em caso de **empate aritmético**, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

14.17. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

14.18. O disposto nos subitens 14.14 e 14.15 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

15.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

15.5. Para a habilitação dos **licitantes**, será exigida a documentação relativa:

15.5.1. À habilitação jurídica;

15.5.2. À qualificação econômico-financeira;

15.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

15.6. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

15.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

15.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

15.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.7. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

15.7.2. O capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo deverá ser igual ou superior a 2% do valor estimado da contratação.

15.8. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista:**

15.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

15.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.9. **As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

15.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

15.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado o Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.10. As **certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes** deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

15.11. Para as **demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade**, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12. A documentação relativa aos subitens 17.8, 17.9 e 17.10, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

15.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

15.13. Qualificação Técnica

15.13.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste certame licitatório.

15.13.2. Autorização de Funcionamento da licitante junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, para operar com seguros, na forma do art. 44 do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967.

15.14. Documentação complementar:

15.14.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

15.14.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.14.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

15.14.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal.

15.14.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo IV do edital.

15.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

15.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no site: www.licitacoes-e.com.br.

16.5. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:

16.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

16.5.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

16.5.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e poderão ser enviados via fax ou através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, os originais devem ser protocolizados no endereço citado abaixo. O Pregoeiro deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 11, XIII, do Decreto nº 445/2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

16.8. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 05 (cinco) dias da data do envio.

16.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Abastecimento – Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, CEP: 83203-060.

16.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

16.11. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

16.12. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

18.1. Para a execução dos serviços, será assinado um contrato entre a licitante vencedora e o titular da unidade compradora.

18.2. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à prefeitura estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente autenticada por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

18.3. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato pela adjudicatária implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.4. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões de acordo celebrados entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8666/93.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

20.1.1. Apresentação de comprovante de recolhimento de multas aplicadas, quando houver;

20.1.2. Apresentação de comprovante de recolhimento dos encargos sociais, quando for o caso;

20.1.3. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os serviços executados não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

20.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

20.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

20.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

20.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

20.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;

20.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

20.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

20.5. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

20.6. A nota fiscal deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Paranaguá, no seguinte endereço:

– SEMOP – Departamento de Logística – Rua Xavier da Silva, nº 1.111, no Bairro Leblon.

21. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

21.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

21.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

21.4. A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

21.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

21.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

21.7. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

21.8. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

21.9. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

22. DAS SANÇÕES

22.1. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, por prazo não superior a dois anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V – Impedimento de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e nas demais cominações legais.

22.1.1. O Município diligenciará no cadastro junto a órgãos federais e estaduais de registro de empresas sancionadas por descumprimento contratual ou da lei de licitações, sem prejuízo do registro da sanção em seus próprios cadastros.

22.2. Poderá ser aplicada a sanção de advertência na hipótese de descumprimento parcial e de pequena monta das obrigações e responsabilidades advindas da execução dos serviços contratados, conforme cláusulas contratuais e cláusulas do Edital da respectiva licitação, e nas situações que não ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

22.3. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o cronograma físico apresentado pelo Fornecedor ou contratado e aprovado pela fiscalização, até o limite de 10 (dez) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto

22.3.1. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada cumulativamente multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

22.3.2. Será configurada a inexecução parcial do objeto:

I – Quando, injustificadamente, o contratado deixar de executar o contrato, até o final do prazo de execução do objeto, em percentual que corresponda a execução inferior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II – Quando o atraso injustificado na execução do objeto, ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) dias, conforme disposto no inciso I deste artigo;

22.4. No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

22.4.1. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, após o recebimento pelo fornecedor ou contratado da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria contratante, ou de documento similar ou quando, injustificadamente, o Fornecedor ou contratado deixar de executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

22.4.2. Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas sanções administrativas constantes dos incisos II a V, do artigo 42 deste Decreto, devendo a CEFECAM ponderar acerca da gravidade do ilícito e o prejuízo causado ao Poder Público.

22.5. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base na Lei nº 8.666/93, dentre outros casos, quando o fornecedor:

I – Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para prestar serviço para o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos serviços, sem consentimento prévio do Município;

IV – Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante a execução dos serviços;

V – Apresentação, ao Município, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, durante a execução dos serviços;

VI – Inexecução total do objeto, conforme disciplinado nos artigos anteriores.

22.6. A penalidade constante no inciso V do artigo 42 deste Decreto será imposta aos licitantes, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

I – Quando convocados dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

II – Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

III – Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV – Não manter a proposta;

V – Falhar ou fraudar na execução do contrato;

VI – Comportar-se de modo inidôneo;

VII – Cometer fraude fiscal.

22.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada, bem como das garantias contratuais, quando exigidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

22.7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial acerca da decisão.

22.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

22.8. Por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, o contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente.

22.9. A aplicação das penalidades serão de competência da CEFECAM, conforme Decreto 173/2017.

22.9.1. Na aplicação de sanções, a CEFECAM ponderará quanto à primariedade da empresa e seu porte econômico, bem como quanto à repercussão do ilícito na continuidade do serviço público e seus efeitos na moralidade administrativa e no interesse público, verificando, ainda, eventuais prejuízos aos bens públicos.

22.10. Entendendo a CEFECAM que a exposição dos fatos constantes do processo poderá causar prejuízo ao interesse público, poderá, até a fase de publicação da decisão, restringir o acesso ao mesmo por parte de servidores e terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada.

22.11. Caso seja verificado que do ilícito praticado pelo contratado decorreu dano ao erário, deverá o processo ser remetido a Procuradoria-Geral do Município para realização de cobrança judicial ou execução da garantia contratual, conforme o caso, ou, ainda, observar-se o art. 48, parágrafo 2º, deste Decreto.

22.12. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo a responsabilidade de servidores que tenham concorrido dolosa ou culposamente para a prática da irregularidade, fato que, se ocorrido, ensejará o encaminhamento de cópias para instauração de sindicância ou processo disciplinar contra o servidor.

23. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

23.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

23.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

23.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

23.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

23.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

23.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.7. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

24.2. Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional;

24.3. Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

24.4. Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados;

24.5. Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados;

24.6. Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados

24.7. Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

24.8. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;

24.9. Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

24.9.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

24.9.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

24.9.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

24.9.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

24.9.5. Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

24.9.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;

24.9.7. Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

24.9.8. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

24.9.9 Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

24.9.9.1. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

24.9.9.2. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

24.9.9.3. Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

24.9.9.4. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

24.9.9.5 Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

24.9.9.6. Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;

24.9.9.7. Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

- a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;
- b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

24.9.9.8. Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

24.9.9.9 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado;

24.9.9.9.1. Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização integral;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

24.9.9.9.2. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

24.9.9.9.3. Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no subitem 3.4.2 deste Termo de Referência;

24.9.9.9.4. Assegurar cobertura de vidros, faróis e lanternas, disponibilizar serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados;

24.9.9.9.5. Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

24.9.9.9.6. Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1 Exercer a fiscalização sobre o(s) produtos, por servidor (es) especialmente designado(s) e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

25.2 Proporcionar à contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa cumprir com a execução do objeto;

25.3 Proceder aos pagamentos devidos à contratada;

25.4 Se manifestar formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

25.5 Não permitir que os produtos entregues, estejam em desacordo com as preestabelecidas no contrato;

25.6 Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas no bem fornecido;

25.7 Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias.

26. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

26.1 A Prestação dos Serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor de acordo com o indicado no ato contratual, representando o **CONTRATANTE**, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as Notas Fiscais / Faturas, para fins de pagamento;

26.2 Caberá ao Fiscal de acordo com o indicado no ato contratual, agindo em nome do **CONTRATANTE**, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar à licitante vencedora a substituição ou correção das irregularidades;

26.3 Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do objeto decorrente da presente licitação será realizada pela Comissão de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto Municipal nº. 173/2017, de modo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

que não se considerará entregue o referido objeto contratado, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto;

26.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

26.5 O funcionário indicado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas para fiscalizar o contrato durante toda a sua vigência é o Servidor, João Eloir Souza dos Santos, matrícula nº 3.236 e o Servidor Jeferson Luiz Alves Matrícula 5.254.

27. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

27.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

28. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

28.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

28.2. SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

29.2. Os licitantes deverão apresentar os valores das coberturas que deverão cobrir inclusive despesas médico – hospitalares.

29.3. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

29.4. Os licitantes deverão oferecer assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, com serviços de guincho gratuito.

29.5. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

29.6. Os interessados deverão vistoriar os veículos, não se admitindo declarações posteriores de desconhecimento de fatos que dificultem ou impossibilitem a execução dos serviços.

29.7. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

29.8. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.

29.9. o Pregoeiro reserva – se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

29.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

29.11. É facultado o Pregoeiro ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

29.12. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.13. Na hipótese de divergência entre o Termo de Referência e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os do Termo de Referência e dos documentos que o integram.

29.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

29.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.16. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.17. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática "Licitacoes-e" do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

29.18. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

29.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

29.20. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.

29.21. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do Edital. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

29.22. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29.23. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

29.24. A vencedora terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pelo Município. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à Vencedora de qualquer contestação, mesmas condições propostas, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65 – parágrafo primeiro da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

29.25. Todos os veículos da frota deverão permanecer, predominantemente, recolhidos em garagens privadas e fechadas das Secretarias do Município de Paranaguá.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

29.26. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.paranagua.pr.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

30. DOS ANEXOS DO EDITAL

- Anexo I Termo de Referência
- Anexo II Minuta do futuro e eventual Contrato Administrativo
- Anexo III Modelo de Proposta de Preços
- Anexo IV Modelo de Declaração de Idoneidade
- Anexo V Declaração de atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- Anexo VI Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo VII Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios
- Anexo VIII Secretarias Participantes
- Anexo IX Dados para Assinatura do Contrato

Paranaguá, 09 de julho de 2019.

SILVIO CESAR LOYOLA
Secretário Municipal de Obras Públicas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 64 (Sessenta e quatro) veículos pertencentes ao Município de Paranaguá, conforme descritos em planilha (anexo I), com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional.

1.2. Os veículos (NOVOS) que venham a ser adquiridos pelo CONTRATANTE durante o período de vigência do contrato serão incluídos no seguro, nas mesmas condições pactuadas, obedecidas as características específicas.

1.3. A inclusão de novos veículos se fará mediante a comunicação expressa do CONTRATANTE à CONTRATADA, com a indicação das importâncias seguradas.

1.4. Os veículos segurados, constantes na relação em anexa que integra este Edital, serão vistoriados pela CONTRATADA, devendo ser utilizados exclusivamente para os fins especificados pelo fabricante, e atividades específicas do CONTRATANTE, sob pena de exclusão das coberturas ora estabelecidas.

2. DA JUSTIFICATIVA.

2.1. A presente contratação do objeto em questão justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para a frota de veículos de propriedade da Prefeitura Municipal de Paranaguá, onde estes circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviço da instituição e a terceiros.

2.2. Com isso, busca-se resguardar o patrimônio público de eventuais danos aos quais os veículos estão sob risco constante, bem como evitará ocorrências desta Prefeitura ser obrigada a cobrir custos com indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação.

2.3. As Secretarias utilizam os veículos da frota para realização de atividades e execução dos programas para atendimento à população. São rotinas administrativas, de fiscalização, acompanhamento e execução de obras e benfeitorias, manutenção, reformas de espaços e locais públicos, e demais prestações de serviços aos munícipes.

3. DO ORÇAMENTO.

3.1. O valor total estimado para esta Contratação é de R\$ 292.240,12 (Duzentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta reais e doze centavos).

3.2. O valor estimado para a presente Contratação, foram encontrados a partir da aplicação da Média Estatística dos valores informados nas cotações de preços e/ou orçamentos anexas ao Procedimento Licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

A título informativo:

Estatística é a ciência que utiliza teorias probabilísticas para explicar a frequência da ocorrência de eventos, com o objetivo de modelar a aleatoriedade e a incerteza, de forma a possibilitar uma previsibilidade de fenômenos futuros. Esta ciência possui entre suas ferramentas e métodos a média aritmética, conhecida popularmente como "média" ou "média estatística", no caso do termo "média estatística", a palavra estatística faz uma referência à grande área do conhecimento chamada Estatística, a qual a média é um dos seus objetos de estudo.

Podemos definir o cálculo da média aritmética ou "média estatística", ou ainda "média" da seguinte forma:

Seja n a quantidade total dos números dados, cada número denotado por a_i , onde $i = 1, 2, 3, \dots, n$, a média aritmética é a soma dos valores dos a_i divididos por n , ou de forma análoga, o valor da média pode ser facilmente encontrado da seguinte forma:

$$\bar{x} = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{n} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

4. DA GARANTIA ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão pelas Dotações Orçamentárias através das Requisições ao Compras listadas abaixo e em anexo ao processo, para o exercício de 2019/2020, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente.

SECRETARIAS	REQUISIÇÃO AO COMPRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SEMOP	Requisição Nº.511/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	Requisição Nº. 499/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL	Requisição Nº.484/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	Requisição Nº. 505/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA	Requisição Nº. 503/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Requisição Nº.493/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA	Requisição Nº.502/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	Requisição Nº. 524/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

SESPOR – SECRETARIA DE ESPORTES	Requisição Nº.507/2019
SECULTUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	Requisição Nº.500/2019
SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Requisição Nº.521/2019
SEMTRA – SECRETARIA DO TRABALHO	Requisição Nº.497/2019

5. DA COBERTURA.

5.1. O seguro deverá no mínimo ter as seguintes garantias de cobertura: colisão (avaria), incêndio, roubo, furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros – APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro, e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi pago pela seguradora, em todo o Território Nacional;

5.2. A CONTRATADA obriga – se a garantir as seguintes coberturas aos veículos segurados, com inclusão das carrocerias nos veículos específicos: incluindo colisão, incêndio, e roubo, com franquia obrigatória, sendo serviços

de guincho e cobertura RCF (Responsabilidade Civil Facultativo); e benefícios dos serviços 24 (Vinte e quatro) horas/online, exceto para as categorias de trator e máquinas agrícolas.

5.3. A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado – 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);

5.4. Deverá ser considerada franquia reduzida,

5.5. Capitais Segurados (valores de cobertura não poderão ser alterados);

5.6. Casco –Valor Referenciado de Mercado, 100% (cem por cento) da Tabela FIPE.

5.7. APP – Acidentes Pessoais por Passageiro:

a) Morte Acidental

– R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) por passageiro;

b) Invalidez Permanente

– R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por passageiro.

5.8. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF:

a) Danos Materiais

– R\$ 1.000,00 (cem mil reais);

b) Danos Corporais

– R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil);

c) Danos Morais

– R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.9. APP com DMHO – Acidentes Pessoais a Passageiros com Despesas Médico – Hospitalares e Odontológicas. Caso ocorram acidentes e motorista e/ou passageiros venham a ficar hospitalizados deverá cobrir as despesas por passageiro e/ou motorista:

- a) Despesas Médico
 - Hospitalares e Odontológicas
 - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

5.9.1. O percentual contratado para caracterização de indenização integral será de 75% (setenta e cinco por cento).

5.9.2. Para a cobertura compreensiva, relacionada no abaixo, os concorrentes deverão apresentar a franquia normal, com o numerário descrito na proposta comercial, item a item, com valor referência dos veículos 100% (cem por cento) da tabela FIPE/USP.

5.9.3. É necessária a apresentação de prêmio unitário por veículo.

5.9.4. O atendimento de sinistro para efeito de vistoria, não poderá ser superior a 72 (setenta e duas horas), contados da comunicação pelo CONTRATANTE, sendo que o prazo para liquidação do referido sinistro, a partir da entrega de toda a documentação exigida pela companhia seguradora, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de pagamento de multa.

5.9.5. A CONTRATADA obriga-se a aceitar a inclusão de veículos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

5.9.6. O prêmio total a ser pago pelo CONTRATANTE, pelo seguro dos veículos, incluído o custo da apólice e considerando – se a isenção dos Impostos sobre Operações Financeiras IOF.

5.9.7. A CONTRATADA deverá efetivar o resgate de veículos quebrados/sinistrados, até o limite de 300 (trezentos) quilômetros da Cidade de Paranaguá.

5.9.8. Em caso de sinistro, a empresa contratada deverá disponibilizar carro reserva pelo período de 07 (sete) dias corridos, para os veículos oficiais, exceto as categorias de ônibus, micro-ônibus, motos, caminhões, ambulâncias e tratores.

5.9.9. A empresa vencedora obrigatoriamente, deverá manter durante o período de vigência da apólice, base de apoio num limite de até 150 km do município de Paranaguá, ou seja, escritório, filial, representante autorizado ou agente credenciado, com o intuito de prestar serviços de qualidade, atendendo de forma satisfatória, esta Municipalidade.

5.9.9.1. Para agilizar o atendimento, a empresa vencedora deverá possuir no Município, guincho próprio ou terceirizado, para pronto atendimento em caso de sinistro.

5.9.9.2 Não deverá ser considerado o perfil dos motoristas, por se tratar de seguro de frota;

5.9.9.3. Não deverá ser calculado quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota desta Municipalidade no período de vigência do seguro;

5.9.9.4. O seguro deverá, ainda, ter cláusula de cobertura para acessórios e equipamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.9.9.5. Uma vez efetuado o pagamento da indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

6. Endosso.

6.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Contratada e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando – se as regras constantes neste edital e seus anexos.

6.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

6.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 10 (dez) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

6.4. O pedido de endosso referente às secretarias, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Oficinas.

6.5. Os veículos das secretarias que não fazem parte desta contratação, conforme relação, constante neste Anexo poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.

7.1 Habilitações Jurídica.

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Comprovação da condição de ME ou EPP.

f) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2 Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidões de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

- d) Certidões de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- e) Certidões de regularidade de débito com a Fazenda Municipal sede da empresa, na forma da lei;
- f) Certidões de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST ou Tribunal Regional do Trabalho – TRT da respectiva região.

8. Qualificação Técnica.

8.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste certame licitatório;

8.2. Autorização de Funcionamento da licitante junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, para operar com seguros, na forma do art. 44 do Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967.

8.3 Qualificação Econômica Financeira.

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, do cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente;
- b) O capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo deverá ser igual ou superior a 2% do valor estimado da contratação.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES.

A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

9.1 Ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração que o autorize.

9.2 O nome da empresa, endereço completo, telefone, fax-símile para contato, CNPJ, Inscrição Estadual e, se possível, correio eletrônico (email);

9.3 O número do Pregão;

9.4 A descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações descritas na tabela 1.0, deste Termo;

9.5 A marca do produto ofertado, por item, o preço unitário do item, o valor total para o item e o valor total global da proposta que deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

9.6 No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, instalações, impostos, taxas, fretes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

descontos, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

9.7 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da certificação de que os bens e/ou serviços foram aceitos, mediante a apresentação de:

- a) nota fiscal de aquisição contendo a descrição do bem, quantidade, preço unitário, o valor total, a marca, o fabricante, o modelo, o tipo, a procedência e o prazo de garantia;
- b) nota de entrega atestada;
- c) o comprovante de recolhimento de multas aplicadas, quando houver;
- d) comprovante de recolhimento dos encargos sociais, quando for o caso.

10.2. A nota fiscal deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Paranaguá, no seguinte endereço:

– SEMOP – Departamento de Logística – Rua Xavier da Silva, nº 1.111, no Bairro Leblon.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

11.2. Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional;

11.3. Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

11.4. Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados;

11.5. Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados;

11.6. Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados

11.7. Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

11.8. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

11.9. Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

11.9.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

11.9.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

11.9.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

11.9.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

11.9.5. Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

11.9.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;

11.9.7. Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

11.9.8. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

11.9.9 Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

11.9.9.1. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

11.9.9.2. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

11.9.9.3. Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

11.9.9.4. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

11.9.9.5 Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

11.9.9.6. Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;

11.9.9.7. Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

- a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;
- b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

11.9.9.8. Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

11.9.9.9 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado;

11.9.9.9.1. Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização integral;

11.9.9.9.2. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

11.9.9.9.3. Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no subitem 3.4.2 deste Termo de Referência;

11.9.9.9.4. Assegurar cobertura de vidros, faróis e lanternas, disponibilizar serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados;

11.9.9.9.5. Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

11.9.9.9.6. Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exercer a fiscalização sobre o(s) produtos, por servidor (es) especialmente designado(s) e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

12.2 Proporcionar à contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa cumprir com a execução do objeto;

12.3 Proceder aos pagamentos devidos à contratada;

12.4 Se manifestar formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

12.5 Não permitir que os produtos entregues, estejam em desacordo com as preestabelecidas no contrato;

12.6 Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas no bem fornecido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

12.7 Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções administrativas são entendidas como uma consequência da inobservância ou observância inadequada a um comportamento descrito pela norma jurídica. No caso de sanções administrativas em licitações e contratos, estas são consequências de um ato ou um conjunto de atos, praticados por licitantes e contratados da Administração Pública que causem prejuízo à Administração ou violem normas de observância obrigatória.

13.2 As sanções podem ter caráter preventivo, educativo, repressivo ou visar à reparação de danos pelos responsáveis que causem prejuízos ao erário. Trata-se, portanto, de um poder e também um dever da Administração que deve atuar visando impedir ou minimizar os danos causados pelos licitantes e contratados que descumprem suas obrigações.

13.3 Se o licitante e/ou contratado deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

13.4. No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará o contratado ou licitante, conforme o caso, sujeito à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- o valor total do ajuste, se contratado; e
- o valor total de sua proposta, se licitante.

13.5. O descumprimento das obrigações e demais condições sujeitará a empresa adjudicatária às seguintes sanções, quando for o caso:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o comprador por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Contratante pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.6. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta de preços, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Instrumento Editalício, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, em Edital, no contrato e das demais cominações legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

13.7. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas, o lance é considerado proposta de preços.

13.8. É assegurado à empresa adjudicatária, em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

13.9. As sanções previstas no Instrumento Editalício poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou ainda, diante da ausência de culpa da empresa adjudicatária devidamente comprovada perante o Comprador.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A Prestação dos Serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor de acordo com o indicado no ato contratual, representando o **CONTRATANTE**, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as Notas Fiscais / Faturas, para fins de pagamento;

14.2 Caberá ao Fiscal de acordo com o indicado no ato contratual, agindo em nome do **CONTRATANTE**, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar à licitante vencedora a substituição ou correção das irregularidades;

14.3 Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do objeto decorrente da presente licitação será realizada pela Comissão de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto Municipal nº. 173/2017, de modo que não se considerará entregue o referido objeto contratado, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto;

14.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

14.5 O funcionário indicado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas para fiscalizar o contrato durante toda a sua vigência é o Servidor, João Eloir Souza dos Santos, matrícula nº 3.236 e o Servidor Jeferson Luiz Alves Matrícula 5.254.

15. DA VISTORIA.

15.1. O licitante poderá vistoriar o objeto, até a data limite para apresentação das propostas, em horário previamente marcado pelos endereços e telefones a serem fornecidos, das 8h30min às 11h e das 14 às 17h, de 2ª a 6ª feira, em dia útil;

15.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios, alegando o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

16. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

16.1 – Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000, e do decreto 5.450 de 2005.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.

17.1 O prazo para a execução do CONTRATO será de 12 (doze) meses, podendo o ajuste ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8666/93.

18. DO ENQUADRAMENTO DE BEM COMUM E ESPECIFICAÇÕES.

18.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.420, de 2005.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS.

19.1. Os licitantes deverão fornecer o valor das franquias, que não poderão ser superior aos valores específicos no anexo I, Franquia Reduzida.

19.2. Os licitantes deverão apresentar os valores das coberturas que deverão cobrir inclusive despesas médico
– hospitalares;

19.3. Os licitantes deverão oferecer assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas, com serviços de guincho gratuito;

19.4. Os interessados deverão vistoriar os veículos, não se admitindo declarações posteriores de desconhecimento de fatos que dificultem ou impossibilitem a execução dos serviços;

19.5. O Pregoeiro reserva – se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário;

19.6. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

19.7. Na hipótese de divergência entre este Termo e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os deste Termo e dos documentos que o integram;

19.8. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Paranaguá, revogá – la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá – la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, podendo ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.9. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

19.10. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

19.11 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do Edital; A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

19.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

19.15. Os casos omissos neste Termo, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;

19.16. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo será o de Paranaguá, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

19.17. A vencedora terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pelo Município. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à Vencedora de qualquer contestação, mesmas condições propostas, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65 – parágrafo primeiro da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

19.18 Todos os veículos da frota deverá permanecer, predominantemente, recolhidos em garagens privativas e fechadas das Secretarias do Município de Paranaguá;

Paranaguá, 19 de Junho de 2019.

Respeitosamente,

Silvio Cesar Loyola
Secretário Municipal de Obras Públicas

Celso Luiz Zacharias
Superintendente de Gestão de Frotas e Combustíveis
Matrícula: 6.399

20. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

SECRETARIA DE OBRAS – SEMOP														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
1	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT	SP-04	2018	SEMOP	PBK-8683	FLEX	9BGJC7520JB253433	1.157.760.063	R\$ 1.910,34	R\$ 4.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 3.970,11
2	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT	SP-06	2018	SEMOP	PBL-1199	FLEX	9BGJC7520JB272968	1.159.822.538	R\$ 1.701,02	R\$ 11.400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.367,01
3	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT	SP-07	2018	SEMOP	PBL-1198	FLEX	9BGJC7520JB272088	1.159.821.574	R\$ 1.701,02	R\$ 4.340,00	R\$ 6.000,00	R\$ 4.013,67
4	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-02	2018	SEMOP	BCA-1784	FLEX	98RDB11B4JA000106	1.147.199.784	R\$ 1.414,35	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.104,78
5	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-03	2018	SEMOP	BCA-1787	FLEX	98RDB11B0JA000121	1.147.199.318	R\$ 1.377,07	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.092,36
6	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-04	2018	SEMOP	BCA-5681	FLEX	98RDB11B4JA000137	1.147.198.451	R\$ 1.377,07	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.092,36
7	PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	SV-17	2018	SEMOP	BCB-1767	FLEX	9BWKB45U1JP096077	1.149.042.866	R\$ 1.836,54	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.245,51
8	PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	SV-18	2018	SEMOP	BCB-1768	FLEX	9BWKB45U7JP095726	1.149.040.740	R\$ 1.836,54	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.245,51
													TOTAL	R\$ 30.131,32

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEMEDI														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
9	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT LTZ	SP-08	2018	SEMEDI	PBK-8681	FLEX	9BGJC7520JB253731	1.157.760.039	R\$ 1.910,34	R\$ 8.748,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.552,78
10	CAMINHÃO	FORD	FORD/CARGO 1419 S	BA-01	2018	SEMEDI	QOO-0482	DIESEL	9BFXEACB9KBS71803	1.155.907.750	R\$ 2.376,85	R\$ 25.000,00	R\$ 13.500,00	R\$ 13.625,62
11	MICROONIBUS	MARCOPOLO	VOLARE DW9 ON	MO-35	2018	SEMEDI	BCA-5287	DIESEL	93PB49P31JC059587	1.148.031.836	R\$ 4.149,71	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 5.966,57
12	MICROONIBUS	RENAULT	MASTER 2.5 DCI ESCOLAR 115CV 16/19L	MO-36	2018	SEMEDI	BCC-4039	DIESEL	93YMEN4XEKJ279650	1.150.457.420	R\$ 2.850,25	R\$ 4.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 4.783,42
13	ONIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	OB-25	2018	SEMEDI	BCA-3548	DIESEL	93PB82S36JC059584	1.148.027.758	R\$ 4.528,22	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.092,74
14	ONIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	OB-26	2018	SEMEDI	BCA-6286	DIESEL	93PB82S36JC059582	1.148.507.695	R\$ 4.528,22	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.092,74
15	ONIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	OB-27	2018	SEMEDI	BCA-6296	DIESEL	93PB82S36JC059585	1.148.498.564	R\$ 4.528,22	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.092,74
16	ONIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	OB-28	2018	SEMEDI	BCA-6289	DIESEL	93PB82S36JC059583	1.148.500.542	R\$ 4.337,58	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.029,19
17	ONIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	OB-29	2018	SEMEDI	BCA-6294	DIESEL	93PB82S36JC059586	1.148.506.567	R\$ 4.528,00	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.092,67
18	PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	SV-20	2018/19	SEMEDI	PBL-2442	FLEX	9BWKB45U0KP010825	1.160.998.024	R\$ 1.890,41	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.263,47

TOTAL**R\$ 63.591,93****SECRETARIA DA SAÚDE – SEMSAP**

Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
19	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	A-56	2018	SEMSAP	BCF-1029	DIESEL	93YMAF4XEKJ357470	1.155.342.787	R\$ 2.194,57	R\$ 15.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 8.898,19
20	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	A-57	2018	SEMSAP	BCF-1037	DIESEL	93YMAF4XEKJ357493	1.154.910.803	R\$ 2.386,75	R\$ 15.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 8.962,25
21	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER L3H2	A-58	2018/19	SEMSAP	BCH-7957	DIESEL	93YMAF4XEKJ422596	1.159.689.803	R\$ 2.425,00	R\$ 4.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 5.308,33
22	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-07	2018	SEMSAP	BCF-1038	FLEX	98RDB11B2JA000119	1.155.313.469	R\$ 1.377,07	R\$ 4.340,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.205,69
23	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-08	2018	SEMSAP	BCF-1648	FLEX	98RDB11B3JA000145	1.155.309.720	R\$ 1.377,07	R\$ 4.340,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.205,69
24	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-09	2018	SEMSAP	BCF-1649	FLEX	98RDB11B7JA000116	1.155.227.864	R\$ 1.377,07	R\$ 4.340,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.205,69
25	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER SEDAN	CY-11	2018	SEMSAP	BCL-4585	FLEX	98RDA11B9JA000055	1.165.690.869	R\$ 1.414,35	R\$ 8.748,00	R\$ 3.900,00	R\$ 4.687,45
26	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER SEDAN	CY-12	2018	SEMSAP	BCL-4587	FLEX	98RDA11B3JA000052	1.165.686.594	R\$ 1.373,93	R\$ 25.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 10.091,31
27	PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	FT-04	2017/18	SEMSAP	FOT-8001	DIESEL	988226125JKB71307	1.161.353.639	R\$ 2.759,54	R\$ 15.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 8.086,51
28	PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	FT-05	2017/18	SEMSAP	FTE-9644	DIESEL	988226125JKB69727	1.153.258.517	R\$ 2.759,54	R\$ 4.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 4.419,85
29	MICROONIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9C ON	MO-33	2018	SEMSAP	BBY-9210	DIESEL	93PB88S31C059458	1.145.697.868	R\$ 4.839,46	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 6.196,49
30	AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	SD-15	2018	SEMSAP	BCJ-6792	FLEX	93Y5SRFH4KJ388001	1.162.689.983	R\$ 1.446,64	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.115,55
31	AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	SD-16	2018	SEMSAP	BCJ-6795	FLEX	93Y5SRFH4KJ388000	1.160.394.374	R\$ 1.446,64	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.115,55
32	AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MCV	UP-10	2017	SEMSAP	BBI-2047	FLEX	9BWAG4126JT508812	1.117.720.842	R\$ 1.250,48	R\$ 4.000,00	R\$ 3.350,00	R\$ 2.866,83
33	AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MCV	UP-11	2017	SEMSAP	BBI-2045	FLEX	9BWAG4123JT508816	1.117.718.651	R\$ 1.320,49	R\$ 4.000,00	R\$ 3.350,00	R\$ 2.890,16
34	AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16SV	NI-01	2018	SEMSAP	BCI-4354	FLEX	94DFCUK13JB205912	1.160.172.851	R\$ 1.521,43	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.140,48
35	AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16SV	NI-02	2018	SEMSAP	BCI-4355	FLEX	94DFCUK13JB205885	1.160.171.340	R\$ 1.521,43	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.140,48
36	AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16SV	NI-03	2018	SEMSAP	BCI-4356	FLEX	94DFCUK13JB205910	1.160.169.630	R\$ 1.521,43	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.140,48
37	AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16SV	NI-04	2018	SEMSAP	BCI-4357	FLEX	94DFCUK13JB205909	1.160.173.963	R\$ 1.521,43	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.140,48
TOTAL													R\$ 90.817,44	

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS

Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
38	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT	SP-03	2018	SEMAS	PBK-8682	FLEX	98GJC7520JB253523	1.157.760.055	R\$ 1.701,02	R\$ 4.340,00	R\$ 6.000,00	R\$ 4.013,67

39	UTILITÁRIO	GM	SPIN 1.8 L MT	SP-05	2018	SEMAS	PBL-1200	FLEX	98GJC7520JB265824	1.159.823.577	R\$ 1.701,02	R\$ 4.340,00	R\$ 6.000,00	R\$ 4.013,67
40	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-05	2018	SEMAS	BCA-2565	FLEX	98RDB11B5JA000129	1.150.493.744	R\$ 1.377,07	R\$ 4.340,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.205,69
41	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-06	2018	SEMAS	BCA-2566	FLEX	98RDB11B2JA000136	1.150.511.300	R\$ 1.377,07	R\$ 11.400,00	R\$ 3.900,00	R\$ 5.559,02
42	PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	FT-03	2017/18	SEMAS	GDJ-0404	DIESEL	988226115JKB67014	1.158.497.650	R\$ 2.759,54	R\$ 15.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 8.086,51
43	AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	SD-13	2018	SEMAS	QOO-0483	FLEX	93Y5SRFH4JJ362453	1.154.920.019	R\$ 1.446,64	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.115,55
44	AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	SD-14	2018	SEMAS	QOO-0484	FLEX	93Y5SRFH4JJ362666	1.154.918.995	R\$ 1.446,64	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.115,55
													TOTAL	R\$ 31.109,67

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS – SEMSU														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
45	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-01	2018	SEMSU	BCA-1782	FLEX	98RDB11B1JA000144	1.147.282.550	R\$ 1.373,93	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.091,31
46	PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	FT-01	2018	SEMSU	GJI-9388	DIESEL	988226115JKB67065	1.145.725.977	R\$ 2.759,54	R\$ 25.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 11.419,85
47	PICK-UP	VW	SAVEIRO RB MBVS	SV-16	2018	SEMSU	BCA-4602	FLEX	9BWKB45U3JP090829	1.147.952.098	R\$ 1.836,54	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.245,51
													TOTAL	R\$ 17.756,67

SECRETARIA DE SEGURANÇA – SEMSEG														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
48	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-36	2017	SEMSEG	PRN-8663	FLEX	9C6DG2520H0011280	1.122.279.202	R\$ 756,01	R\$ 4.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.002,00
49	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-34	2017	SEMSEG	PRN-8703	FLEX	9C6DG2520H0011179	1.122.298.053	R\$ 756,01	R\$ 4.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.002,00
50	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-35	2017	SEMSEG	PRN-8653	FLEX	9C6DG2520H0011242	1.122.280.332	R\$ 756,01	R\$ 4.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.002,00
51	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-37	2017	SEMSEG	PRO-2023	FLEX	9C6DG2520H0011009	1.122.279.784	R\$ 756,01	R\$ 4.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.002,00
52	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-32	2017/18	SEMSEG	PRN-8673	FLEX	9C6KG0380J0009148	1.122.298.010	R\$ 756,01	R\$ 4.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 2.002,00
53	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-250 LANDER	GCM-33	2017/18	SEMSEG	PRN-8683	FLEX	9C6KG0380J0009118	1.122.298.029	R\$ 875,26	R\$ 4.000,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.091,75
54	MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	GCM-38	2017/18	SEMSEG	PRN-8693	FLEX	9C6DG2520H0011298	1.122.298.037	R\$ 769,67	R\$ 4.000,00	R\$ 1.400,00	R\$ 2.056,56
													TOTAL	R\$ 14.158,33

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMMA														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média

55	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 FLEX FL	CY-13	2018	SEMMA	BCL-5184	FLEX	98RDA11B4JA000044	1.165.403.738	R\$ 1.373,93	R\$ 25.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 10.091,31
56	MICROONIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9C ON	MO-34	2018	SEMMA	BCA-5284	DIESEL	93PB88S31JC059475	1.148.030.139	R\$ 4.149,71	R\$ 4.000,00	R\$ 9.750,00	R\$ 5.966,57
57	REBOQUE DE ANIMAL	CAR/REBOQUE/C.FECHADA	CARRECAR FC	R-02	2017	SEMMA	BBP-2588	S/MOTOR	9A9PRFCMCH1DK7302	1.129.680.581	R\$ 530,35	R\$ 4.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.343,45
58	AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MCV	UP-12	2017	SEMMA	BBK-6563	FLEX	PBWAG4121JT501041	1.121.867.895	R\$ 1.320,49	R\$ 4.000,00	R\$ 3.350,00	R\$ 2.890,16
TOTAL													R\$ 21.291,49	

GABINETE DO PREFEITO - GAPRE														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
59	AUTOMÓVEL	FIAT	TORO FREEDOMMT D4	FT-06	2018	GAPRE	GIB-2744	DIESEL	988226125JKB71986	1.170.446.440	R\$ 4.272,03	R\$ 4.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 4.924,01
60	AUTOMÓVEL	GM	BLAZER LTZ AD4	BZ-03	2013	GAPRE	AXI-2788	DIESEL	9BG156MH0DC451451	566.047.640	R\$ 4.024,13	R\$ 4.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.341,38
TOTAL													R\$ 9.265,39	

SECRETARIA DE CULTURA - SECULTUR														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
61	PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	SV-19	2018/19	SECULTUR	PBL-2441	FLEX	9BWKB45U5KP010903	1.160.997.982	R\$ 1.890,41	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.263,47
TOTAL													R\$ 3.263,47	

SECRETARIA DE ESPORTES – SESPOR														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
62	AUTOMÓVEL	RENAULT	LOGAN EXP 1.6 SCE	RL-01	2017/18	SEMESP	BCL-0694	FLEX	93Y4SRFH4JJ084591	1.163.412.535	R\$ 1.446,64	R\$ 4.000,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.115,55
TOTAL													R\$ 3.115,55	

SECRETARIA DE OBRAS - SEMTRA														
Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
63	AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	CY-10	2018	SEMTRA	BCF-1039	FLEX	98RDB11B9JA000103	1.152.527.670	R\$ 1.377,07	R\$ 4.340,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.205,69
TOTAL													R\$ 3.205,69	

SECRETARIA DO TRABALHO – SEMAPA

Seq	Esp. / tipo	Marca	Modelo	Pref.	Ano	Secret.	Placa	Comb.	Chassi	Renavan	Porto Seguro	BB	Agente Seguradora	Média
64	PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	FT-02	2018	SEMSAP	FZM-8805	DIESEL	988226125JKB71985	1.152.370.984	R\$ 2.759,54	R\$ 4.340,00	R\$ 6.500,00	R\$ 4.533,18
TOTAL													R\$ 4.533,18	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2019 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal

CONTRATADA:

_____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr(a). _____ (CI. RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante dominado CONTRATANTE e a empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

Edital de Pregão Eletrônico nº 065/2019, de ____ de ____ de ____.
Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato o descritivo no Termo de referência, que é a **Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 228 (Duzentos e vinte e oito) veículos pertencentes ao Município de Paranaguá, conforme descritos em planilha (abaixo), com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

A despesa deste contrato correrá pelas Dotações Orçamentárias: _____ no orçamento relativo ao exercício de 2019 e o correspondente nos exercícios subsequentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), inclusas todas as despesas com tributos, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, frete, seguros e quaisquer outras que forem devidas, para entrega (custos, seguro e frete por conta do fornecedor) no almoxarifado da unidade compradora.

O pagamento será realizado pela unidade compradora, através de crédito na conta-corrente, Agência _____, Banco _____, fornecida pelo estabelecimento bancário utilizado pela CONTRATADA para pagamentos, constante da proposta de preços, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada, obrigatoriamente, de Nota Fiscal emitida por meio eletrônico, devidamente atestada pelo Servidor/Comissão de Recebimento.

O faturamento correspondente ao presente Contrato deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, através de Nota(s) Fiscal(is) em 2 (duas) vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após a emissão da Nota de Empenho.

A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medidas de fornecimento indicadas no Anexo I do edital e da proposta do fornecedor.

Qualquer divergência entre a unidade de fornecimento adotada no Anexo I do edital e a Nota Fiscal ensejará a devolução da Nota para regularização e o pagamento correspondente.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Fica sob responsabilidade da contratante informar com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, o local e horário do possível sinistro, e sob responsabilidade da contratada executar de forma integral todos os pedidos nos locais e horários determinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional.

Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma.

Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados.

Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados.

Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados.

Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços.

Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Paranaguá;

Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93;

Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

- a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;
- b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências.

Repor o veículo por outro do mesmo valor e características, ou pagar indenização no valor de 100% da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado;

Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização integral;

Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no subitem 3.4.2 deste Termo de Referência;

Assegurar cobertura de vidros, faróis e lanternas, sem franquia, disponibilizar serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados;

Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Exercer a fiscalização sobre o(s) serviços, por servidor(es) especialmente designado(s) e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

Proporcionar à contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa cumprir com a execução do objeto.

Proceder aos pagamentos devidos à contratada.

Se manifestar formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

Não permitir que os serviços executados, estejam em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas no serviço executado.

Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

A CONTRATADA que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

Multa por atraso imotivado da execução dos serviços, nos prazos abaixo definidos:

- a) até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura da execução do serviço.
- b) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura da execução do serviço.
- c) O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) corridos, contados da data de sua convocação.

Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias.
- até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas acima.

A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Fundação Municipal de Turismo esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA e dos prejuízos causados à Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal _____, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas.

Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades especificadas na Cláusula Sétima deste instrumento.

A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto, que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos do artigo 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelas Comissões de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 173/2017, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da SEMOP, para adequação do Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

Fica responsável pela fiscalização dos serviços os servidores Paulo César de Souza, matrícula 11.656 e Gasito Sales das Neves Júnior, matrícula 94.233, da Secretaria Municipal de Obras Públicas como gestores dos serviços e fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo para a execução do CONTRATO será de 12 (doze) meses, podendo o ajuste ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente contrato é oriundo da proposta vencedora do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 065/2019 e seus anexos, a qual é parte integrante deste contrato, **independentemente de transcrição.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acertadas, assinam as partes CONTRATANTES, o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Paranaguá, ____ de _____ de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL

CONTRATADA

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Empresa: _____

Denominação social: _____

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____

Endereço: E-mail: Telefone: _____

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico nº 065/2019.

2) Proponho executar o lote abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADES	VALOR TOTAL (R\$)
01	01					

Observações:

1-Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ___ de _____ de 2019

Nome da Empresa

CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2019

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, nº 065/2019, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá –PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ___ de _____ de 2019

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –
ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, ____ de _____ de 2019

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____,
inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de
14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido
estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes
do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se
compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na
documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do
certame.

Paranaguá, _____ de _____ de 2019

Assinatura e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2019, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, _____ de _____ de 2019

Assinatura e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO VIII

SECRETARIAS PARTICIPANTES E ENDEREÇOS

SECRETARIA	Endereço/Telefone
Secretaria Municipal de Educação	Rua Alberto Gomes da Veiga, s/nº – Vila Horizonte. Telefones (41) 3420-6073, 3420-2859 ou 3420-2880.
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	Rua Dr. Leocádio Correia, nº 307, Centro Histórico. Telefone: (41) 3420-2930.
Secretaria Municipal de Segurança	Rua Tocantins, nº 206, Padre Jackson. Telefone: (41) 3420-2720.
Gapre - Gabinete do Prefeito	Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro. Telefone: (41) 3420-2708 / 3420-2714.
Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua Marechal Deodoro, nº 162, Centro. Telefone: (41) 3420-2903.
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP	Rua Xavier da Silva, nº 1230, Bairro Industrial. Telefone: (41) 3420-2941.
Secretaria Municipal de Saúde	Av. Gabriel de Lara, 977 – Centro. Telefones: (41) 3420-6121 / 3420-2827 / 3420-2806.
Secretaria Municipal Cultura	Rua João Estevão, s/nº – Ponta do Caju, Ginásio de Esportes Albertina Salmon. Telefone: (41) 3422-1260.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 124, Complexo Aeroparque. Telefone: (41) 3420-2967 / 3420-6035.
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Rua Júlia da Costa, nº 655, Bairro Centro. Telefone: (41) 3420-2920.
Secretaria Municipal do Trabalho	Rua José Gomes, nº 320 – Bairro Tuiuti. Telefones: (41) 3420-6099 / 3420-2753 / 3420-6065 / 3420-6070 / 3420-6029
Secretaria Municipal de Esportes	Rua João Estevão, s/n, Ponta do Caju – Ginásio de Esportes “Albertina Sálmon”. Telefone: (41) 3422-1260



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO IX

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR:

CPF Nº:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: _____

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo